



O DISCURSO DOS VENCEDORES: PLANO PARA A EDUCAÇÃO NO PERÍODO PÓS-CABANAGEM NA AMAZÔNIA PARAENSE

THE WINNERS' DISCOURSE: EDUCATIONAL PLAN IN THE POST-
CABANAGEM PERIOD OF PARAENSE AMAZONIA

Denise Simões Rodrigues
Universidade do Estado do Pará - UEPA

Resumo

Durante a Regência do Império no Brasil ocorreram vários movimentos de contestação política, entre eles, destaca-se a Cabanagem (1835-1840), por sua vinculação tão nítida quanto intensa e abrangente com as classes subalternas e duramente oprimidas da sociedade. Esse movimento revolucionário também conseguiu, em alguns momentos, seduzir e arrastar outras frações de classe como pequenos proprietários, artesãos livres, assalariados ligados às diversas atividades mercantis e sacerdotes católicos. Após esse período revolucionário, a base produtiva da região foi profundamente afetada. A reconstrução da Província precisava de um projeto de educação que pudesse fomentar a paz e o avanço produção de bens que a sociedade precisava. A pesquisa documental foi realizada nos acervos do Arquivo Público do Pará e Biblioteca Nacional, além de fazer uso de informações constantes na produção acadêmica sobre o período em análise.

Palavras-Chave: Cabanagem. Educação. Significações imaginárias. Carreira docente.

Abstract

During the Empire Regency in Brazil there were several movements of political contestation, among which the *Cabanagem* (1835-1840) stands out due to its link to the subaltern and harshly oppressed classes in society, a link that is as clear as it is intense and comprehensive. This revolutionary movement was also able, at times, to seduce and haul other class fractions such as that of small proprietaries, free artisans, wagedworkers connected to several mercantile activities, and catholic priests. Following that revolutionary period, the productive base in the region was profoundly affected. The Province's reconstruction called for an educational project that could foment peace and the production advancement of goods needed by society. This documental research was conducted in the collections of the Public Archive of Pará and the National Library, in addition to using information from academic works dealing with this period.

Keywords: *Cabanagem*. Education. Imaginary significations. Teaching career.



Introdução

Algumas ideias aqui expostas constam de um livro¹ a ser publicado proximamente, cuja proposta central será analisar o processo *de fabricação social dos indivíduos*, para isso, levando em conta a produção das *significações imaginárias sociais*. Tenho, ao longo dos últimos anos, me dedicado a pesquisar sobre a educação desenvolvida na Amazônia desde o período colonial, estendendo-se pelo século XIX, procurando identificar continuidades, recuos e rupturas, como as que os movimentos revolucionários proporcionam.

Durante a Regência do Império no Brasil ocorreram vários movimentos de contestação política, entre eles, destaca-se a Cabanagem (1835-1840), por sua vinculação tão nítida quanto intensa e abrangente com as classes subalternas e duramente oprimidas da sociedade. Esse movimento revolucionário também conseguiu, em alguns momentos, seduzir e arrastar outras frações de classe como pequenos proprietários, artesãos livres, assalariados ligados às diversas atividades mercantis e sacerdotes católicos.

As insurreições, as sedições do corpo de tropa, os atos de revolta e os violentos protestos populares não eram fatos raros na Amazônia portuguesa. As dificuldades enfrentadas desde o primeiro momento pelos colonizadores em relação ao uso de mão de obra indígena foram a razão de inúmeros conflitos com as ordens religiosas, em especial, com os missionários jesuítas. Em várias oportunidades, as hostilidades se traduziram em enfrentamento aberto, agressões e deportações. O que sempre esteve em questão foi o controle total da mão de obra indígena e as possibilidades de lucro que isso oferecia.

¹ A obra se encontra em fase de edição: A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO IDENTITÁRIA NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XIX.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Ao final do século XVIII, a Amazônia não alcançou a prosperidade pretendida e prometida pela intervenção pombalina na administração do Estado do Grão-Pará. Sob a égide dos Diretórios¹, a opressão aos índios aumentou, provocando fugas constantes e mortes prematuras, em razão das pesadas jornadas de trabalho e dos castigos corporais, usados de forma tão imoderada em sua intensidade quanto em sua frequência. Azevedo (1999) enfatiza que a demanda sempre crescente por escravos levava à necessidade de novos apresamentos, sempre mais difíceis, em face do rigor predatório dessas tropas de resgate, que levou ao extermínio a maioria das nações indígenas que habitavam a região.

Estagnada economicamente a Amazônia e em decadência os seus núcleos populacionais, um novo ordenamento das relações de trabalho foi executado, buscando o controle da força de trabalho sob condições mais rígidas de recrutamento dos índios considerados livres e a criação de *aldeamentos especiais*, e melhor explorar sua força de trabalho nas seguintes situações: em unidades produtivas (estaleiros, roças e pesqueiros); em trabalhos diretamente para particulares, com a promessa de pagamento de salários, promessa quase sempre esquecida; em empregos em obras públicas, sendo essa situação a mais temida por todos, pela brutalidade dos comandantes militares; engajados como tropas.

Após os dois séculos de colonização, a população de mestiços na Amazônia – os *não brancos* – oriundos das várias e sucessivas misturas entre brancos, negros e índios, que, embora livres, viviam como excluídos, na periferia das cidades e vilas, sujeitos ao arbítrio do poder dos governantes, temendo o recrutamento para o serviço nas tropas e nas obras públicas sob o jugo tirânico dos oficiais militares. E, ao se iniciar o século XIX, a situação social e econômica da população que habitava a Amazônia era caracterizada pela precariedade de recursos de toda ordem, opressão da maioria não branca e a apatia, o desinteresse, os horizontes limitados daqueles que exerciam o poder, fossem civis ou militares. Conforme Coelho (1993, p.93) afirma:

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



A transformação das estruturas sociais e das relações de poder na Amazônia dar-se-ia através das conquistas da sua sociedade. Assim, entre 1820 e 1840, o tecido social da região conheceu a dissolução das bases que sustentaram o seu passado colonial e a organização das bases que modelariam a sua contemporaneidade.

As sedições e rebeldias da tropa se sucederam em ritmo acelerado questionando os limites da nova situação política. O excesso de autoritarismo e a insensibilidade política do comandante militar inglês contratado pelo Império brasileiro provocaram os trágicos acontecimentos que marcaram indelevelmente o momento em que os paraenses se proclamavam brasileiros.

A questão de quanto podem ser livres os cidadãos é tema que desde esse momento já se apresentou controverso. Senhores, há muito tempo, habituados a dispor dos indivíduos sem maiores considerações em relação às vontades individuais, numa região onde o controle sobre a força de trabalho significava possibilidades de riqueza e poder, não é difícil perceber quão problemática seria a extensão de direitos civis e políticos à grande maioria da população, mesmo se esses direitos estivessem situados muito mais no espaço abstrato das leis do que no exercício prático da vida cotidiana.

A adesão do Pará à Independência representou para aqueles que há muito exerciam o poder a única possibilidade de mantê-lo. Os atos de repúdio e revolta que sofreram em várias cidades (especialmente grave foi a revolta em Cametá), após a morte brutal dos 255 presos nos porões do brigue Palhaço, atestam que seu domínio sobre a situação era precário, e seu autoritarismo intrínseco fatalmente acabaria produzindo perigosos confrontos, uma vez que as perseguições e injustiças continuavam sendo usadas como armas políticas contra desafetos particulares daqueles que exerciam o poder. Mesmo com a exoneração dos partidários de Portugal dos cargos da administração pública e após a anistia geral e absoluta concedida em 1824, os atos de rebeldia continuavam desafiando o poder da classe dirigente.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Tudo isso era agravado pela crônica situação de penúria dos cofres públicos, razão do atraso de meses no pagamento do soldo das tropas. A insatisfação e a indisciplina tornaram os quartéis fonte de atos frequentes de insubordinação e provocaram a rebelião dos efetivos militares da Capital. O resultado era o de sempre: violência, prisões e mortes. A revolução cabana consiste na expressão radical da rejeição popular ao domínio de uma classe identificada com o colonizador luso e que operava o sistema político de modo exclusivo e autoritário. Salles (1992, p. 66) sintetizou com precisão que “a Cabanagem devolve aos índios e mestiços, escravos e servos da gleba, a sua identidade perdida; é a guerra dos esfarrapados colonizados contra a minoria de colonos detentora do poder e dos meios de produção”.

O recrudescimento das ações de opressão sobre a população mestiça pobre e, em alguns casos, sobre os frágeis estratos médios da sociedade, sempre teve como pano de fundo as questões ligadas ao uso da força de trabalho, como bem representava o recrutamento obrigatório para o serviço militar, que atemorizava a todos, mesmo quando era oferecido sob a forma de policiamento civil.

O risco em se armar cidadãos é idêntico em todas as partes, pode resultar em mais violência. Como o trabalho de policiamento voluntário é exercido sob liderança de um civil, que, apesar de receber patente militar, não está obrigado a obedecer ao código e à hierarquia do exército regular, a execução de funções paralelas de manutenção da ordem pública estimula as vaidades, as rivalidades e o favorecimento político de facções, provocando de imediato a necessidade de que os adversários também se organizem e se armem.

Quando a esse cenário se acrescenta um fato político relevante e desestabilizador do precário equilíbrio de forças, a abdicação de D. Pedro I, as perspectivas de um levante armado têm muito mais chances de se tornar realidade. O restabelecimento do equilíbrio

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



vai depender de avaliações extremamente conjunturais, isto é, análises de curto prazo, no âmbito dos quais os atores envolvidos na luta pelo poder, certamente, não hesitarão em radicalizar o discurso e a práxis política, se visualizarem a possibilidade de obter a hegemonia, como aconteceu no decorrer do período cabano. A violência e o terror se estabelecem no cotidiano tornando as condições de existência muito precárias, incompatíveis com o planejamento necessário ao crescimento social, econômico e cultural. A vida fica em suspensão.

Ao se analisar a Cabanagem é possível perceber que a situação de contestação ao poder na Amazônia já se arrastava há mais de uma década, antes que a fase aguda da luta revolucionária se instalasse. Após esse período (1835-1840), a base produtiva da região foi profundamente afetada pela interrupção das atividades mais rentáveis e a consequente desorganização dos negócios como pelo extermínio de aproximadamente um terço de sua população economicamente ativa.

Criadas pelo Ato Adicional de 1834, as Assembleias Legislativas Provinciais tinham autonomia para legislar sobre a instrução pública primária e secundária e a criação e fiscalização de estabelecimentos educacionais públicos e particulares, e o Governo central, através do Ministério do Império, assumia o controle de ambos os graus na Corte e do ensino superior em todo o país. Segundo Vechia (2006, p.82):

A instrução pública passou a ser, então, o reflexo da instabilidade política, da carência de recursos nas províncias e suas especificidades. Em algumas províncias foram criadas aulas avulsas, sem os requisitos exigidos, e em outras passou-se a esboçar tentativas de dar uma certa organicidade às aulas avulsas. Foram criados, então, alguns liceus, instituições surgidas pela influência cultural e educacional que a França exercia à época e voltadas para atender a classe mais abastada da população. Os primeiros foram os de Pernambuco, em 1826; o do Rio Grande do Norte, em 1835; e os da Paraíba e da Bahia, em 1836.

No Pará, a convulsão política, social e a extrema desorganização econômica provocada pela Cabanagem, somente com o restabelecimento da normalidade



institucional com a posse de Bernardo de Souza Franco na chefia do governo, então se voltaria a pensar os destinos da educação. Em sua primeira fala como governante, Souza Franco lamentou o estado calamitoso da província, seja pela perda tão numerosa de vidas, como pelo impacto que a desordem, os saques e o abandono das atividades produtivas provocaram na vida da Província.

Esboço de estruturação da educação na Província do Pará após a Cabanagem

A educação após o período revolucionário na Província do Pará foi estruturada pelas medidas tomadas pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionadas pelo vice-presidente Bernardo de Souza Franco. Essas medidas se encontram detalhadas na Lei n.º 97, de 28 de junho de 1841, que regula a instrução primária e secundária e cria o Liceu Paraense. Como bem assinalam os estudiosos da História da Educação no Brasil:

A situação do ensino secundário no Brasil nas primeiras décadas do século XIX era semelhante à apresentada na segunda metade do século XVIII, em termos de aulas-régias ofertadas. Com a ação do Marquês de Pombal, se de um lado houve o desmantelamento de um sistema estruturado de ensino, por outro houve a quebra de monopólio das ideias dos jesuítas. No século XVIII, a mentalidade do ensino jesuítico ainda continuou permeando os estudos secundários, principalmente os ofertados nas aulas-régias, uma vez que a maioria dos professores havia estudado nos colégios jesuítas existentes no Brasil ou no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra, administrada pelos jesuítas. Porém, lentamente, as concepções que nortearam as reformas pombalinas foram se infiltrando no Brasil. (VECHIA, 2006, p.79).

Em suas disposições, a Lei n.º 97 estabelece o ensino público em dois níveis: o primário e o secundário. O ensino primário é gratuito e extensivo a todos, homens e mulheres, e se encontra dividido em duas classes de estudos. Segundo Pará (1841, p. 51-59):

Classe 1. Leitura e Escripção ou Calligraphia, Principios d' Arithmetica com o perfeito conhecimento das quatro operações arithmetica em números inteiros, fraccionados, complexos e proporções; Gammatica da Lingua Nacional, e Elementos d'Orthographia. Classe 2. Principios da Moral Christã, e da Religião do Estado, Noções de Civilidade, Elementos Geraes de Geographia,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Leitura da Constituição, e da História do Brazil. [...] Além das materias das duas Classes do artigo antecedente ensinar-se-ha mais do sexo feminino o uso d'agulha de cozer, e de meia; o bordado, as regras de talhar e cozer os vestidos, e os mais misteres próprios da educação doméstica.

O governo se encarregará de fornecer todo o material necessário às classes, que serão empregados nas atividades escolares, tais como cadernos, lápis, borrachas, livros, lousa e giz. Determina também o método a ser empregado no ensino, o do Barão Degerando². A Lei nº97 também se refere à criação e manutenção de escolas. A condição para a presença da escola pública em determinada vila ou povoação depende da existência efetiva de alunos matriculados e frequentando as aulas caso contrário elas serão transferidas para outros locais, e assim foi estipulado pela lei, de acordo com Pará (1841, p. 51-59):

Art.6.º O Presidente da Provincia creará novas Escolas nos Lugares onde mais convier, dependendo sua definitiva fixação da Assembléa Legislativa. Art. 7.º Toda a Escola que no decurso de dous annos consecutivos deixar de reunir dez Alumnos matriculados pelo menos, com freqüência effectiva, será transferida pelo Prezidente para outro lugar onde possa ser freqüentada por maior números d'Alumnos, dando de tudo parte à Assembleia.

O acesso à educação primária foi proposto como livre, mas havia os excluídos: os escravos e os portadores de doenças contagiosas. A preocupação em negar aos escravos o acesso à educação oferecendo-lhes ferramentas operacionais tem como suporte a preocupação com a manutenção da estrutura de exploração escravagista do trabalho. Quando se trata dos acometidos por doenças endêmicas e epidêmicas que assolavam as áreas urbanas e interioranas em geral, a preocupação era evitar o contágio, dadas as precárias condições de saúde e saneamento existentes então.

A expansão das escolas públicas de “ler, escrever, contar e crer” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.53) carrega consigo a ambição de elevar o padrão de civilização do país e oferecer o esboço mais sistemático de uma educação voltada para a preparação da grande massa da população, capacitando-a em um aspecto fundamental, como força de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



trabalho. Sua ideia de modernidade era frágil, excludente e incipiente quando se analisa a preocupação de tentar elevar-se aos padrões de civilização da Europa de então.

A educação passou a ser considerada estratégica para a construção da nacionalidade e para o projeto de poder das elites dirigentes. O primeiro passo seria ampliar a quantidade de escolas existentes nas principais vilas e cidades da Província. O segundo, capacitar professores e oferecer-lhes um plano de carreira como servidores do Estado, controlando seu ofício, designações, prêmios e aposentadoria.

A educação assumiu claramente seu papel de aparelho ideológico capaz de formatar corações e mentes necessários ao projeto de poder dessa classe e a instrução primária ampla e gratuita, oferecia aos conservadores o instrumento ideal de “fabricar”² o cidadão brasileiro, de acordo com os valores morais dessa classe, obtendo a disciplina da força de trabalho, fundamental ao pleno desenvolvimento do capitalismo.

Como esclarece Castoriadis (1992, p. 132), “para cima do monopólio da violência legítima, há o monopólio da palavra legítima; e este, por sua vez, é ordenado pelo monopólio da significação válida. O Dono da significação reina acima do Dono da violência”. A ênfase na educação escolar atendia ao objetivo principal de substituir o uso da força e da violência na “civilização dos mais desfavorecidos”. A violência revolucionária havia cobrado seu preço em vidas em seu período mais útil ao capitalismo e deixado em frangalhos à economia. A submissão humilhante ao trabalho servil daqueles que sobreviveram³ não apresentando a produtividade esperada impeliu a elite a buscar

² Esclarecendo o conceito de fabricação social dos indivíduos, retomo Castoriadis (1982, p.302): a fabricação dos indivíduos pela sociedade, a imposição aos sujeitos somato-psíquicos, ao longo de sua socialização, do *legein*, mas também de todo as atitudes, posturas, gestos, práticas, comportamentos, habilidades codificáveis é, evidentemente um *teukhein*, mediante o qual a sociedade faz serem esses sujeitos como indivíduos sociais, a partir dos dados somato-psíquicos, de maneira apropriada à vida, a sua vida nesta sociedade e com vistas ao lugar que nela ocuparão graças a isso, os indivíduos sociais são feitos, enquanto valendo como indivíduos e valendo para tal “papel”, “função”, “lugar” sociais.

³ O “processo de pacificação” imposto aos vencidos nos Corpos de Trabalho pelo governo legal de Soares D’Andréa, recrutava todos os homens válidos entre 10-50 anos, conduzindo à servidão a população mestiça.



maneiras mais eficazes de obter a submissão em caráter mais duradouro e sem custos altos de mão de obra tão necessária ao desenvolvimento econômico.

A oferta de educação básica aos pobres e órfãos desvalidos, muito semelhante ao que existia no período colonial, e enfatizando a aprendizagem de ofícios, se constituía então em prioridade. Para os afortunados membros das classes mais favorecidas pela posse de recursos econômicos e financeiros, seria oferecida a educação em modelos que atenderiam às necessidades de formação de pessoas para gerir e administrar as empresas públicas e privadas, assumir posições de mando político nos poderes constituídos⁴.

Portanto, o ensino primário público era oferecido para todos, mantidas as exclusões mencionadas anteriormente, trazia como apelo o internamento em instituições educacionais de meninas e meninos pobres para aprenderem ofícios. O ensino secundário oferecido no liceu, ao alcance dos estratos superiores, estava estruturado em dois cursos, o de Humanidades (5 anos) e o de Comércio (2 anos), sendo as principais matérias: Latim; Francês; Aritmética, Álgebra e Geometria; Filosofia Racional e Moral; História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil; Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética; Escrituração Mercantil e Contabilidade; Inglês. Assim surgiu o Liceu Paraense, nos moldes do Colégio Imperial Pedro II criado em 1837 e uma Escola Normal, que sem espaço próprio e adequado, se tornaria um curso anexo ao Liceu Paraense. Só algumas décadas depois e sua criação, o curso destinado à formação de professores ganharia prédio próprio.

Essa medida não apresentou bons resultados pela resistência e/ou estratégias de sobrevivência oferecida pelos cativos, que se negavam às duras jornadas de trabalho (RAIOL, 1970; REIS, 1972; 1993).

⁴ Carvalho (1996, p.18) argumenta “que a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. [...] essa homogeneidade era fornecida sobretudo pela socialização da elite, que será examinada por via da educação, da ocupação e da carreira política”.



O ofício de professor: cargos, carreira e remuneração.

Ao final do século XVIII o Governador do Estado Grão-Pará e Maranhão, Francisco de Souza Coutinho lamentou o estado triste e deplorável em que se achava a educação no Estado. Sua correspondência dirigida ao Primeiro Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho faz um relato detalhado da situação de abandono, penúria e descaso que encontrou aqui na Amazônia. Seu relato certamente fundamentou a regulamentação que visava oferecer novos rumos para o desenvolvimento local a partir da educação da população⁵

Trata-se do **Regimento Provisional para os Professores de Filosofia, Retórica, Gramática e de Primeiras Letras no Estado do Grão-Pará** datado de dezoito de março de mil e oitocentos. Em sua introdução, o documento faz um apanhado da situação em que se encontra a educação. Não havia um sistema organizado de disciplinas necessárias à instrução pública, a qualidade da instrução oferecida pelas mesmas era sofrível, e pouco atendia às necessidades locais.

O documento menciona ainda a falta de uma norma fixa e princípios claros para a nomeação e escolha dos professores, além de ressaltar a necessidade de permanente inspeção das atividades realizadas pelos professores, em busca do cumprimento de suas obrigações com proficiência e zelo. Através dessa correspondência o rei determinava que:

- a) As escolas públicas serão abertas nas cidades, vilas e povoações;
- b) A clientela: todos os súditos, de ambos os sexos;
- c) Os níveis de ensino: 1) ler, escrever, contar e catecismo; 2) aulas de Retórica, Gramática, Filosofia, Aritmética, Geometria, Trigonometria, Latim e Grego;

⁵ Consultar sobre o assunto: REIS (1972) e REIS (1993).



- d) Os objetivos: formar/habilitar pessoas para atuarem como contadores, geômetras e topógrafos, que serão úteis para demarcar sesmarias e fazerem planos e descrições de territórios e rios.

Esse documento assegurava o pagamento dos professores, assim como cria um fundo para a aposentadoria dos mestres que, após longos anos de serviço, estivessem impossibilitados de exercer a profissão. Finalmente, pretendia estimular e premiar anualmente os alunos com medalhas de valor (honra ao mérito) quando se destacassem em seus trabalhos finais, ou garantir a publicação de obra que merecesse passar à posteridade.

No intuito de implantar em definitivo o sistema público de educação, a Coroa portuguesa decidiu estabelecer regras detalhadas sobre todos os itens mencionados acima: a instrução a ser oferecida, a contratação de professores e discriminação de suas atividades docentes, os proventos a que fariam jus, as disciplinas e seus conteúdos a serem ensinados, enfim tratava-se de uma lei orgânica para o setor – O Regimento Provisional para os Professores⁶. Entre as muitas recomendações iniciais, destacam-se: manter as cadeiras (aulas) já existentes no Seminário (Filosofia, Retórica) e novamente estabelecer as aulas de ler, escrever e contar e doutrina cristã e “alguma de Gramática que se ensine boa latinidade”.

O Regimento Provisional teve alcance limitado em sua proposta de estruturação em razão da crise político-militar que obrigou a mudança da Corte para o Brasil e esse fato acarretou limitações econômicas e financeiras ainda maiores para a governabilidade do Estado do Grão-Pará. Logo, a agitação política constitucionalista incendiaria os ânimos e as sublevações eram uma preocupação constante. Pouco foi feito pela educação nas primeiras décadas do século XIX. Não havia professores preparados suficientes nem na capital, e os pais não valorizavam a educação, muitas vezes, impedindo seus filhos de

⁶ A partir de agora será mencionado como Regimento Provisional.



estudarem por classificarem como inútil a atividade, tal a precariedade do que era ministrado e o atraso da mentalidade dos habitantes.

Os anos de agitação política culminaram com a revolução cabana (1835-1840), que deixou um rastro impressionante de mortes e destruição. Com a legalidade restabelecida, era chegado o momento de fazer o balanço dos problemas. E, certamente, a precariedade da educação assumia papel preponderante nessa análise. Havia que manter e criar escolas, e formar professores, estabelecer conteúdos e normas de conduta profissional e oferecer um plano de carreira profissional. E os governantes se sucediam com suas ideias e planejamentos basicamente inspirados no Regimento Provisional de 1800.

Basta um olhar panorâmico sobre a Lei nº 97 de 28/06/1841 e verificar o que estabelece quanto à forma de recrutamento dos professores, quantos serão nomeados, a remuneração a que farão jus, as condições do exercício do magistério, as punições a que estão sujeitos diante da quebra das regras previstas na lei.⁷

Nesses dois documentos que legislam sobre a educação, há o se poderia denominar de um esforço para a instituição de uma carreira docente e de acessibilidades a ela. Estão previstas também normas para o exercício profissional e as exigências intelectuais e morais para o cargo, e o controle previsto na lei sobre a vida pessoal do mestre é bastante exigente no que diz respeito aos valores morais e religiosos. Outro ponto

⁷ Segundo Pará (1841) Art.14.º, Haverá tantos Professores do Ensino Primario, quantos forem as respectivas Cadeiras, competindo a cada um a consignação annual de quatro centos mil réis, e o de ensino Normal o de seis centos mil réis. Art.15.º Serão oito os Professores para as Cadeiras do Lycêo, os quais vencerão o ordenado de seis centos mil reis cada um, e trez Substitutos (...) com o ordenado de quatrocentos mil reis. Art.16.º O Emprego de Professor he vitalicio, e será provido em pessoas idoneas, e pela forma estabelecida no § 4.º Art. 22 desta Lei. Art.17.º O Concurso das Cadeiras vagas de qualquer dos ensinos, será publicado pelo Director, e se depois de passado o prazo marcado não comparecerem Candidatos, o Prezidente as proverá interinamente em pessoas idoneas, e de reconhecida capacidade para o Magisterio



que chama atenção é a preocupação em assegurar níveis diferenciados de salários de acordo com a atuação do professor nos dois níveis de ensino previstos na lei.

Ao oferecer a possibilidade de aposentadoria integral ou proporcional de acordo com o tempo de serviço e atuação na profissão ou estimulando a permanência no serviço daqueles que declinassem da aposentadoria prevista no tempo máximo (40 anos de serviço) mediante gratificação especial, essas leis são um claro sinal de modernidade e da mudança de perspectiva da elite dirigente quanto à importância dos mestres na obtenção dos resultados esperados da educação das crianças e dos jovens. Embora os salários não fossem elevados e com frequência sofressem atrasos, ainda assim considero uma expectativa de melhoria da condição de professor em relação ao abandono anterior.

Em uma sociedade em que o trabalho sofre a mácula da escravidão, procurar organizar, estimular uma profissão não contaminada como trabalho servil e de escravos, parece-me um pequeno sinal de avanço nas relações do mundo do trabalho, mesmo porque a centralização das decisões nas mãos do Governador ou de seu substituto imediato indica o autoritarismo que permeia as decisões sobre os concursos, permanência dos mais antigos que já se encontram na profissão ou a interinidade de muitos outros, diante da dificuldade de se ter pessoas preparadas para o exercício da profissão na Província. Controle de quem ensina, de quem aprende, do que é ensinado e como é ensinado. Essa é a concepção conservadora do poder da elite dirigente: assegurar-se de que a médio e longo prazo a paz seria consensual e a tornar a contestação a sua hegemonia algo muito difícil de ser implementado.

Considerações finais.

A fundação de Belém no antigo Grão-Pará foi uma decisão da autoridade colonial tendo em vista as necessidades de defesa deste espaço diante da ameaça estrangeira já estabelecida no interior dos vales de alguns de seus rios mais importantes. A aliança que

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



então se produziu entre a espada e a cruz diz muito sobre o que foi a instituição de uma sociedade branca em meio à selva e seus habitantes nativos. E desde então é impossível desconectá-la dos objetivos estratégicos que sempre nortearam a ocupação e exploração do espaço amazônico.

A educação foi arma ideológica empregada para consolidar, conquistar efetivamente, o que a violência militar do administrador colonial se revelou incapaz de obter: a adesão ao sistema de dominação, possibilitando que o desafio constituído pela produção de súditos para Deus e a coroa, fosse vencido. A força-tarefa utilizada: os missionários. Com o emprego de uma violência mitigada, buscaram a adequação dos indivíduos em relação ao ofício ensinado, tendo em vista a estrutura produtiva, tudo isso redefinido pelos padrões de uma nova sociabilidade, cuidadosamente ensinada, especialmente às crianças de quem se esperava a continuidade da experiência evangelizadora.

Seu esforço educacional resultou naquilo que denomino de uma pedagogia da sujeição ou da subserviência, uma prática educativa que combinava com sucesso o ensinar a ler, escrever e contar através da repetição exaustiva e/ou cantada das lições e o seu representar, em pequenos autos de fé e exaltação religiosa, mesclada de proibições, castigos e recompensas. Por outro lado, a criança ou o jovem era instruído em artes e ofícios essenciais aos propósitos da empresa colonial capitalista e desde cedo internalizava a obediência fundamental ao seu lugar na sociedade, fosse sob o domínio estrito do patrão religioso, civil ou militar.

Após a expulsão dos jesuítas e a implementação de um modelo embrionário de escola pública sob comando das autoridades coloniais militares e/ou civis, resultou prejuízo para o Grão-Pará. O projeto “civilizador” da coroa na Amazônia pensava a educação como fator integrador e nivelador de diferenças culturais, elemento importante para seus planos de desenvolvimento econômico e social da região.



Três décadas após, ao final do século XVIII, o fracasso das medidas preconizadas após a expulsão dos jesuítas era constatado pelas autoridades e novamente se imaginou um plano salvador que oferecesse uma sistematização das ações educativas, objetivando mudar o estado triste e deplorável em que se achavam as Escolas Menores pela falta de um sistema organizado de disciplinas necessárias à instrução pública, e a qualidade da instrução oferecida pelas mesmas, em que pouco se atendeu às necessidades locais.

Apontava-se a urgência de medidas disciplinadoras da atuação docente, a implantação de uma norma fixa e princípios claros para a nomeação e escolha dos professores, além de ressaltar a necessidade de permanente inspeção das atividades realizadas pelos professores, para que os professores cumpram suas obrigações com proficiência e zelo. Mas um obstáculo desanimador se interpunha: o desinteresse pela educação. Colonos e autoridades consideravam dispensável educar a população. Avaliavam politicamente perigosa a instrução dos súditos. Essa mentalidade obtusa que acabaria contaminado a sociedade em relação ao papel que a educação deve desempenhar para a formação de seus membros, ganhou contornos específicos de exclusão étnica quando se instituiu o Império brasileiro.

A educação passou a ser vista como interessante para conferir um lustro especial às elites da nobreza de títulos que acomodou os novos donos do poder e pincelou com ares de civilização as aspirações da pequena burguesia. As quatro décadas iniciais do século XIX demonstram claramente através de conflitos políticos cada vez mais frequentes e violentos que a luta pela cidadania plena nesta região seria sempre muito difícil para as classes oprimidas.

A explosão cabana representa o ápice, mas não o fim dessa aspiração de conquista de um espaço legítimo do exercício de direitos que teoricamente são assegurados a todos, mas nem sempre estão disponibilizados em quantidade e qualidade aos menos favorecidos economicamente.



A penúria de recursos financeiros sempre foi o principal obstáculo. A carência e a urgência desses recursos para atender às necessidades de uma educação extensiva a todos, desafio proposto pela conquista colonial e não resolvido, é agora renovado pelo estabelecimento de uma nacionalidade sobre esse amplo espaço. Se os dominadores coloniais demarcaram o vasto território, cabia ao império brasileiro consolidá-lo e promover sua integração definitiva através da garantia dos direitos civis definidos em lei para todos os brasileiros.

Novamente a educação foi o instrumento escolhido e os professores os encarregados dessa tarefa de promover e consolidar a ideia de nação e, assim, ideologicamente, obter a formação de cidadãos pacíficos e produtivos para a sociedade. As autoridades constituídas do período adaptaram sem muito empenho, as normas previstas no início do século XIX e escolas foram criadas em vilas e cidades de maior expressão, mas só seria possível falar em melhorias do ensino na capital da Província. E as condições de exercício do ofício de professor permaneceram precários e mal remunerados.

Referências

AZEVEDO, João Lúcio d'. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, {1901}1999.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos Índios**. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora UnB, 1997.

BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). **A escola elementar no século XIX**. O método monitorial/mútuo. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999.

_____. **A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil**: O "Curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando (1839)". <http://www.seer.ufg.br/asphe/article/viewFile/30722/pdf> Consultado em 05/07/2015

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



CARVALHO, José Murilo de. I A Construção da Ordem. II Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: s/d, Ediouro.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1982.

_____. **O Mundo Fragmentado**. As encruzilhadas do Labirinto/3. Tradução: Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: PAZ e TERRA, 1992.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, Demagogos e Dissidentes**. A Imprensa Liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: CORTEZ, 2008.

PARÁ. Lei Nº 97, de 28 de junho de 1841. In.: **Collecção das Leis da Província do Gram-Pará**. Lei Nº 97, de 28 de junho de 1841. Tomo IV - parte 1ª. Pará: Typ. Commercial de Antônio Joze Rabello Guimarães, 1855, p. 51-59.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**. Vs. 1; 2; 3. Belém: EDUFPA, 1970.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **Síntese de História do Pará**. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais; AMADA, 1972.

_____. **A Política de Portugal no Valle Amazônico**. Belém: CEJUP; SECULT, 1993.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: CEJUP, 1992.

VECHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no Século XIX: Instruindo as Elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, V.II: Século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VERÍSSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Belém: UFPA, [1889]1970.

_____. **A Educação Nacional**. Belém: Livraria Universal, 1890.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Sobre a autora

Denise Simões Rodrigues

Doutora em Sociologia. Professora Titular de Sociologia. Professora dos cursos de Mestrado em Educação e Pedagogia do CCSE/UEPA. E-mail: dssr@uol.com.br

Recebido em: 15/10/2016

Aceito para publicação em: 05/11/2016